



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0000032-62.2018.8.26.0555 - 2018/000102**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor**  
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 006/2018 - 5º Distrito Policial de São Carlos**  
 Indiciado: **CLEBERSON LOPES COSTA**  
 Data da Audiência: **18/10/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **CLEBERSON LOPES COSTA**, realizada no dia 18 de outubro de 2018, sob a presidência do **DR. Claudio do Prado Amaral**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas RICARDO SCORCAFAVA NETO e VALDEZ FERREIRA. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. CLEBERSON LOPES COSTA**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 311, "caput", do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena acima do mínimo legal em regime inicial fechado, com e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. A defesa requereu o decreto absolutório. Subsidiariamente fixação da pena mínima, e fixação de regime inicial aberto, com substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. **É o relatório. DECIDO.** Ao ser ouvido nesta data, em sede de interrogatório judicial, o acusado negou ter praticado o fato narrado na denúncia. Todavia, os policiais militares ouvidos também nesta data, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, afirmaram harmonicamente que o acusado foi detido e ao examinarem a placa do veículo, verificaram que a mesma estava adulterada, mediante uso de fita adesiva. O acusado declarou que o veículo lhe pertencia. É certa a autoria e fato, não existindo motivos para duvidar das declarações dos policiais ouvidos nesta data. O fato é típico. O art. 311 do CP não exige que adulteração recaia sobre sinal identificar irremovível do veículo. Conforme declarou o policial Valdez, não se tratava de falsificação grosseira, pois a 10 ou 15 metros de distância do veículo não seria possível verificar que houve adulteração. Note-se que ao ser interrogado na fase policial durante a lavratura do auto de prisão em flagrante, o acusado confessou o fato narrado na denúncia. Diante dos elementos de convicção acima alinhavados, procede a acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena no mínimo legal de 03 anos de reclusão e 10 dias-multa, que aumento de 1/6 em razão da reincidência, perfazendo o total de 03 anos e 06 meses de reclusão e 11 dias-multa. Em razão da reincidência iniciará o cumprimento da pena em regime semiaberto. Com base nos artigos 43 e 44 do CP substituto a pena privativa de liberdade por 03 anos e 06 meses de prestação de serviços à comunidade e 10 dias-multa. Estabeleço o valor do dias-multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **CLEBERSON LOPES COSTA** à pena de 03 anos e 06 meses de prestação de serviços à comunidade e 21 dias-multa, no mínimo legal, por infração ao artigo 311, "caput" do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de recorrer da presente decisão. O MM Juiz recebeu o recurso, abrindo-se vista à Defesa para apresentação das razões recursais.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p align="center"><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
---

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: